

**REQUERIMENTO /11**  
(Da Comissão de Turismo e Desporto)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado do Turismo, Pedro Novais, sobre fatos noticiados pela imprensa, em especial a malversação de recursos públicos por este Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 § 2º da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Turismo, Pedro Novais, o seguinte pedido de informações, sobre fatos noticiados pela imprensa, em especial a malversação de recursos públicos por este Ministério.

- 1.** Quantos convênios foram firmados entre este Ministério e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (IBRASI)?
  - *Enviar cópia dos referidos contratos.*
- 2.** Houve algum processo de seleção para que fossem firmados os convênios? Como o Instituto se habilitou para o recebimento dos recursos?
- 3.** Qual o montante de recursos públicos destinados ao referido instituto?
- 4.** Quais programas foram desenvolvidos pelo IBRASI com os recursos recebidos? Quantos já foram concluídos e quais estão ainda em execução?
- 5.** Já ocorreu a prestação de contas nos convênios firmados? O Ministério identificou alguma irregularidade ?
- 6.** Quantos convênios existem no Ministério do Turismo firmados com Organizações não Governamentais (ONGS) e qual o montante de recursos envolvidos?

## **JUSTIFICATIVA**

Neste 09 de Agosto o Brasil acompanha perplexo a notícia de que diversos funcionários, inclusive ocupantes de cargos importantes na estrutura do Ministério foram presos por suspeita de envolvimento em fraudes relacionadas ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (IBRASI).

É nosso papel como representantes do povo brasileiro fiscalizar o bom uso de recursos públicos, em especial esta comissão de turismo os recursos destinados a programas e atividades de fomento de turismo no Brasil.

Portanto, imperioso que tenhamos informações detalhadas para que possamos formar juízo de valor adequado à situação e sem fazer pré-julgamentos.

Por isto, as respostas às questões ora formuladas são fundamentais para bem esclarecer a população brasileira sobre os fatos estarrecedores que estão sendo veiculados pela imprensa na data de hoje e para que esta Câmara dos Deputados possa agir e se necessário punir eventuais envolvidos em situações de mau uso de dinheiro público.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2011

**Deputado JONAS DONIZETTE**  
Presidente